

Menor

Dinheiro.

408574

É a vez da Chrysler fazer recall

A empresa Chrysler convoca clientes para recall dos veículos Town & Country e Dodge Journey, modelo 2010.

EDITORA: ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

TRABALHO INFANTIL

JUSTIÇA AUTORIZA 1,7 MIL

CASOS NO ESPÍRITO SANTO

Ministério Público contesta decisões: há criança até na construção

MIKAELLA CAMPOS
malmeida@redgazeta.com.br

OS REGISTROS NO ES E NO PAÍS



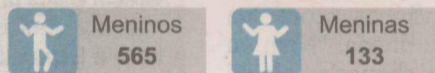
De 2005 para 2010, a Justiça concedeu 1.704 autorizações judiciais para a contratação de trabalhadores com idade entre 10 e 14 anos.

Os Estados que mais conseguiram autorizações judiciais



Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do MTE de 2005 a 2010

Fiscalizações do MTE de janeiro de 2005 a setembro de 2011



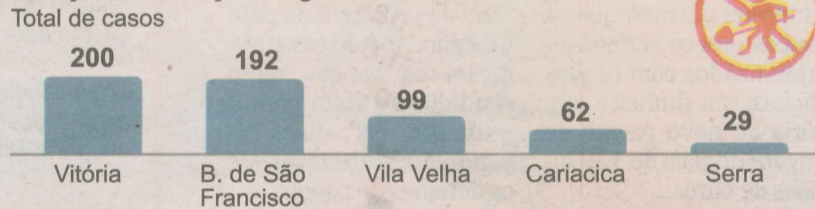
Foram encontradas 698 crianças e adolescentes em trabalho irregular:



Os principais pontos de trabalho

- Comércio varejista
- Estacionamentos
- Órgãos municipais
- Lanchonetes
- Feira
- Mercadorias
- Comércio ambulante
- Restaurante
- Construção civil

Os municípios onde foram encontradas crianças em situação irregular de trabalho



AGazeta - Ed. de Arte - Gilson

Crianças e adolescentes deixam de brincar e de estudar para viver como adultos em jornadas intensivas de trabalho. O apoio para iniciar a precoce vida profissional vem da família e até da Justiça. No país, de 2005 a 2010, juízes concederam 33 mil autorizações para a contratação de pessoas com idade entre 10 e 14 anos.

No Espírito Santo, foram emitidas 1.704 permissões durante esse período, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As autorizações são reflexo de graves problemas sociais que ainda existem no Brasil, apesar de o país passar por um amplo desenvolvimento econômico.

Para ajudar os pais, as crianças trabalham em feiras, no comércio, na agricultura e em casas de família. Mas há casos de pequenos que se sujeitam a atividades exaustivas e insalubres, em oficinas, fábricas e construção civil.

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Stanislau Tallon Bozi, explica que os menores de 14 anos contratados por meio de permissões judiciais têm carteira assinada e contam com benefícios sociais, como contribuições previdenciárias e FGTS. No entanto, o emprego infantil contraria a Constituição Federal, que só permite o ingresso de pessoas de 14 a 16 anos no mercado pelo programa Adolescente Aprendiz.

“Nós tentamos coibir.

CNJ vai investigar as permissões

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai apurar a liberação das autorizações judiciais para o trabalho infantil. Embora não seja competência do CNJ punir, cabe à Corregedoria garantir a correta administração da Justiça e o bom funcionamento dos serviços judiciários.

Mas se a criança está empregada é obrigação da empresa pagar todos os direitos. Apesar desse alto número de autorizações judiciais, hoje encontramos muitos menores em situação irregular. Há pouco tempo conseguimos a condenação de uma feirante que usava mão de obra infantil sem permissão”.

Em parceria com o MPT, o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) tem feito uma ação para impedir o trabalho infantil precário. Promotores são orientados a derrubar autorizações judiciais. O órgão pretende criar

O QUE DIZ A LEI

▼ Proibido

A Constituição Federal proíbe o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz, a partir dos 14 anos. No caso de atividades perigosas, é vedada a contratação de menores de 18 anos

▼ Proteção

No artigo 227, a Constituição define: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, etc.

mais vagas em programas de aprendizagem e buscar projetos assistenciais, que possam auxiliar a família a manter a criança na escola e fora do trabalho.

“Pais ausentes e com dependência química geram a necessidade do trabalho infantil como único meio de sustento da família. Ocorre que essa atitude é causa reprodutora de um ciclo de manutenção da miséria. Essa criança abandona os estudos e no futuro será mais um adulto inapto ao mercado”, diz a dirigente do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Cajj), promotora Patrícia Calmon Rangel.

698 vítimas de emprego irregular

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de janeiro de 2005 a setembro deste ano, encontrou 698 crianças e adolescentes empregadas de maneira irregular. A maioria dos jovens (63%) tinha de 10 a 15 anos. Nas fiscalizações, o órgão achou até crianças de 5 a 9 anos.

Segundo o auditor fiscal da Superintendência Regional do MTE, Fernando Pimentel, apesar do trabalho infantil ainda ser forte, tem reduzido o número de menores no mercado. “Hoje, fiscalizamos mais de 2 mil empresas por mês e tem sido raro encontrar crianças. Geralmente, elas estão empregadas na periferia, na zona rural ou em negócios da família”.

A FAVOR

Nesta semana, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Calandra, garante não serem inconstitucionais as autorizações para o trabalho infantil. “Ninguém deseja o trabalho infantil, mas juízes trabalham com a realidade brasileira. Muitas famílias dependem do trabalho do menor”, argumenta.

agazeta.com.br
/dinheiro. Confira na nossa página os mitos e as verdades que levam o mercado e a Justiça a aprovar o trabalho infantil.